

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar

Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF

CEP: 70910-900

Telefone: (61) 3107-3700

www.editora.unb.br

contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2023.
263 p.

Formato PDF.

ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

III. Gênero, feminismo e sexualidade

O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher

Jocelina Laura de Carvalho Segato

Introdução

Este capítulo pretende apresentar um relato biográfico da influência, teórica e política, da professora e mãe, Rita Segato. Trata-se de um relato breve de alguns aspectos da prédica e da influência de minha mãe sobre mim, que colocarei na moldura do que chamo de legado feminino – e sua quase inexistência. Seus pensamentos e ensinamentos sobre vincularidade, extrainstitucionalidade com fidelidade à pergunta própria e pessoal, e feminismo decolonial não só guiaram o modo como pesquisei, analisei e penso, mas, também, a própria existência de minha pesquisa.

Gostaria, contudo, de ter tido a experiência de sala de aula e de um ensino formal que, infelizmente, não foram possíveis. Porém, isso não impediu e, em alguns aspectos, foi até mesmo essencial para que eu internalizasse e aprendesse determinados conceitos e marcos teóricos que hoje me constituem como a antropóloga feminista decolonial que sou. Com esse recorte, escolhi três marcos teóricos que foram fundamentais para o caminho que já transitei e o que tenho pela frente: o pensamento crítico por um viés extrainstitucional, o feminismo decolonial e a vincularidade.

O legado feminino: a ciência e uma linhagem feminina

Gostaria, antes de tudo, de dizer que participar deste memorial é uma honra. Embora possa parecer um pouco desconexa a maneira como decidi introduzir este capítulo, sem esta digressão não seria possível pontuar a minha vivência, história e aprendizado com minha mãe, a professora Rita Segato.

Diferentemente das demais trajetórias que aqui são contempladas, meu aprendizado e orientação não foi consequência da sala de aula. Apesar de ter

sido aluna do Departamento de Antropologia na mesma época em que minha mãe dava aula, acabei por ser desestimulada a ter aula com ela. Por ser tida como “a filha”, de modo pejorativo, na época decidi não me matricular em nenhuma disciplina com Rita. Perguntava-me por que meu irmão, que também foi aluno do Departamento de Antropologia da UnB, sempre era visto com admiração por sua homóloga posição de filho e eu, diminuída. Hoje percebo que foi um desses “males que vieram para o bem”. Foi minha primeira aula na injustiça do patriarcado institucional.

A cozinha, o quarto, a sala de estar: todos são lugares onde aprendi. Na cozinha, sobre misoginia; no quarto, a emancipação da mulher; e na sala de estar, o que era antropologia. Se há algo que se deve começar frisando é: Rita ensina.

Fazer uma lista, um mapa claro, do que se aprendeu com alguém é quase impossível. Uma boa professora não apenas te ensina o curricular, te ensina a pensar. A sentir. A escutar. A formular um problema, uma pergunta de pesquisa. Ao considerar minha imersão na “Escola Segato”, o recorte se complica um pouco.

Quando fui convidada a participar deste memorial, a primeira sensação foi de ilegitimidade. Senti-me acometida pelo sentimento de fraude, que nos persegue e é tão clássico, entre nós, mulheres. Estamos acostumadas a ser questionadas constantemente sobre nossa legitimidade quando aportamos algo. Se eu fosse homem e advogado, seguindo um legado paterno, isso provavelmente não me paralisaria, pelo contrário, minha palavra valeria somente por seu legado.

Ao buscar um espelho em outros legados femininos – mulheres que seguiram uma carreira na mesma área da mãe –, comecei a pesquisar onde encontrar inspiração e também consolo. Guias que corroborassem meu direito a ser antropóloga. Mulheres de um legado feminino dentro da instituição acadêmica.

Catherine Bateson, filha da Margaret Mead, foi a primeira que encontrei viva e acadêmica. Além de antropóloga e filha de antropóloga, tem um livro escrito sobre o assunto *With a daughter's eye: a memoir of Margaret Mead and Gregory Bateson* (1984). Senti um certo alívio até que terminei de ler o livro: como essa incrível escritora e pensadora é tão pouco conhecida? Por que nunca estudei nenhum de seus textos? Um tanto incrédula, segui procurando.

Comecei a perguntar, um pouco por curiosidade e um pouco como método investigativo, a todas as pessoas que conhecia e que encontrava: você conhece alguma mãe reconhecida com uma filha igualmente reconhecida por seu próprio mérito, e da mesma área? A pergunta baseada no reconhecimento era um recorte de facilidade, pensei que pessoas famosas seriam mais fáceis de as pessoas lembrarem. A primeira coisa que surgiu na mente de todos era “filha de alguém” e, por esse motivo, nomes como Sofia Coppola, Paloma Picasso e Rainha Elizabeth II. Todas essas mulheres, apesar de filhas de pessoas importantes,

não eram filhas de mulheres da mesma área. Não eram legados maternos. Além desses, os nomes que surgiam para legados de mãe e filha eram Liza Minelli, filha de Judy Garland; Karin Nyman, filha de Astrid Lindgren; Carrie Fisher, filha de Debbie Reynolds e Isabella Rossellini, filha de Ingrid Bergman. Por serem os mais midiáticos, muitos outros apareceram – todos com uma mesma característica: o mundo das artes.

Ao começar uma investigação mais focada no mundo acadêmico, as histórias eram, quando muito, um legado de pai para filha. Um homem que validasse a capacidade da mulher. Repletas de suicídios e fins dramáticos e tristes, esses legados de pai para filha foram bastante surpreendentes: as duas filhas de Marx se suicidaram e Adelle H, filha de Victor Hugo, morreu institucionalizada em um manicômio.

Não todas, obviamente, tiveram fins trágicos. Gênio da psicanálise, Anna Freud morreu aos 86 anos; mas isso não quer dizer que teve uma trajetória fácil por ser filha de Sigmund Freud. Lésbica, com transtorno de depressão e alimentar, Anna demorou muito em encontrar sua “paz” para ser a incrível mulher que foi e, com ela, percebi que grande parte do mistério está nos tempos: ela só pôde se instalar como pesquisadora já no século XX. Irène Joliot-Curie, filha de Marie Curie, assim como a mãe, recebeu o Prêmio Nobel em química, mas nunca ouvimos o seu nome ser pronunciado na mídia tradicional – um legado materno que foi sendo apagado – e, vale lembrar, que a filha de Irène, Hélène Langevin-Joliot, está viva e é uma importante física nuclear. Esses últimos exemplos, da avó à neta, são provavelmente um dos únicos casos relativamente fáceis de encontrar de mulheres com um verdadeiro legado feminino nas ciências.

Quando chegamos no contexto da América Latina e da África, se sairmos do recorte das artes, o legado feminino se torna um silêncio. Já com o apagamento que sofrem os pensadores, os cientistas e os artistas, em razão do colonialismo, nem mesmo os homens, que têm privilégios em nosso mundo patriarcal, conseguem um lugar de destaque. Por aqui, a voz feminina se torna sussurro. Muitas vezes usurpada pelos próprios colonizadores, um pensamento feminino vindo do Sul é uma batalha. Poucas conseguiram o *status* de internacionais, ou mesmo de nacionais, sendo subestimadas com a força da interseccionalidade por não serem brancas e do Norte, e claro, por não serem homens cis. Encontrar um legado científico/acadêmico nesse contexto é quase impossível pelo simples fato de que não é publicizado, isto é, não se torna público. Ao contrário, é escondido. Não interessa à ordem patriarcal colonialista.

O segundo aprendizado que aqui quero deixar é o de que uma história e uma narrativa feminina é uma revolução. Mais ainda se proveniente “das colônias”. Para o hegemônico, essa é uma verdadeira ameaça.

Um pensar extrainstitucional

Como relatei anteriormente, minhas aulas com Rita nunca aconteceram dentro da sala de aula formal. Apesar de ter lido textos e livros, quem foi aluno de Rita sabe que, como ela mesma sempre afirmou, cada aula é única. Isso implica que mais do que um texto, a grande aula era a reflexão em voz alta, um “pensar em conversação”. “O que se pode retirar de uma leitura que completamente nosso pensar e nossas inquietudes?” Era um como ler um texto.

Essa maneira de fazer entender o relato escrito me foi ensinada na cozinha de casa. Entre ouvir como eram as orientações, para quem permitia, sentados na mesa de jantar e no útero do lar, a interpessoalidade de cada aprendizado vinha acompanhado de café e bolos. Foi a maneira prática em que assimilei o valor do vincular e do comunal, o valor do doméstico, assim como também compreendi as razões da negação do vincular e do comunal como armas do patriarcalismo colonial. É no eurocentrismo acadêmico que certa modalidade própria de ensinar e aprender, de pensar e teorizar, se perde. Foi na perda de certa domesticidade do ensinar e do aprender que ideias e formas de pensar também se perderam. Eu aprendi antropologia, mas poderia muito bem ter sido qualquer outro tópicos, o importante é ressaltar que o espaço acadêmico constringe o pensamento.

Foi por esse caminho que se instalou minha pulsão acadêmica. Meu tema sempre foi o das novas definições de humanidade, vistas de maneira antiespecista, com inspiração feminista e decolonial, embora, no início, ainda não tivesse o vocabulário para explicá-lo como tal. Era nos filmes que assistia, ensinada a vê-los com um olhar crítico e investigativo, que desde a sala de casa quis estudar a representação do que seria “humanidade”. A pergunta que me vinha era mais ou menos assim: por que éramos representados como tais?

Rita, ao longo da sua carreira, também usou imagens e significantes do cinema para desenvolver o seu pensamento e, com certeza, isso me influenciou. Meu próprio recorte – a representação do humano – veio muito da percepção de que o que o formal científico definia e ensinava não abarcava o escopo e a profundidade do tema. Hoje, décadas mais à frente, isso tem mudado. Hoje, já temos pessoas não humanas, e internalizar essas transformações é imprescindível para o futuro da antropologia e demais campos transdisciplinares.

Se eram nas conversas da cozinha de casa que a instigação teórica começava a se formar, ao chegar nos textos puramente acadêmicos, algo da sutileza da extrainstitucionalidade se perdia. Era o momento fora da sala de aula, de quase associação livre, que permitia o divagar da inquietude sem um regime de horá-

rio e formalidade. Foi o contato com os animais domésticos, no meio de uma discussão de teor acadêmico, que começou a formalizar-se meu viés antiespecista de pensamento e marco teórico. Entre livros, debates, gatos e afetos, foi tomando forma minha descendência intelectual.

Rita sempre pontuou que a instituição, por si só, não deve ser o foco. O objetivo não é se *institucionalizar*, e sim a troca que o espaço de uma instituição, como a universidade, nos proporciona. Se esse espaço engessa o pensamento, ele é ineficiente, mais ainda, contraproducente. Não fosse esse aprendizado, minha maneira de ler o que me estava sendo determinado nas disciplinas e de discutir e pensar em conjunto, não teria sido internalizado. A importância do vincular não teria ficado evidenciada e minha curiosidade sobre o que nos faz “humanos” e porque os gatos não podem ser “humanos” não teria ocorrido. O que faz um humano e por que esse está vinculado com a espécie? Ou seja, criticar o antropocentrismo. Sem isso, não teria seguido minha trajetória.

Foram os conceitos de vincularidade, de extrainstitucionalidade, de associação livre com a pergunta, que me ajudaram a formular meu tema, que vou perseguindo, dentro e fora do espaço acadêmico.

Hoje em dia, nos textos, nas *lives* ou em uma conversa, Rita reitera: para ela, a teoria é algo que habita o espaço de fala, de relação com os interlocutores seja em aulas ou em entrevistas. Vem do vincular do pensamento através do diálogo, que não poucas vezes ocorre no espaço extrainstitucional. Essa maneira de pensar e de formular pensamento é um dos aprendizados que carrego e, ousado de dizer, que várias de nós, suas discípulas, carregamos. O pensar em conjunto, em comunidade.

Feminismo do Sul para o Sul

Se existe algo que uma mãe, especialmente Rita, pode repassar a uma filha, é que nunca fugimos da nossa posição de mulher. Em um universo hegemônico branco, colonizado e patriarcal, ser mulher e do Sul é um recorte do qual nunca fugimos. Antropóloga, feminista, latino-americana, integrante da Universidade de Brasília, como filha herdei certos adjetivos que hoje me definem como mulher e pessoa. Não somente a herança de ser mulher, mas a herança de luta. O feminismo visto desde uma perspectiva decolonial é um marco teórico que carrego e carregarei sempre em minha trajetória. Não é um modismo ou somente uma corrente teórica, é minha memória. O legado teórico que tenho para contar e que me conta, como sou e como vou-me sendo.

Pensar a coisificação dos corpos permitiu-me entender o que é ser mulher. Um corpo concebido para o consumo dos homens e com um padrão inatingível com saúde mental e física. Estamos sempre aquém do corpo perfeito, onde o suficiente sempre se transforma para que sigamos consumindo procedimentos estéticos atrás da suposta perfeição – sempre em detrimento de nossa saúde mental. O modelo sempre está fora do alcance, entre outras coisas, porque esse modelo se estabelece “em outro lugar”.

Essa coisificação não é diferente do que se faz hoje com os animais de estimação. Espécies que foram por milênios companheiras da espécie humana, hoje engenhadas para serem “bibelôs vivos” para *status* e diversão. Para o consumo, se poderia dizer. Cachorros como o Pug 2, artificialmente selecionados como engraçadinhos por não conseguirem respirar, que caminham desconfortavelmente e com seus olhos esbugalhados que lhes geram mal-estar severo. Ou gatos como o ragdoll, raça criada a partir do cruzamento entre gatos que nasciam com uma mutação e que ao toque ficam praticamente inertes – obviamente, não podem viver livremente como felinos pela baixa capacidade de se defenderem e de sua dependência em relação ao humano. Essa engenharia que busca um corpo-coisa subalterno, sempre desconfortável e submisso ao homem – como o imaginário criado frente ao corpo da mulher. Estamos em um mundo no qual se promove ativamente a estrutura de personalidade perversa, psicopática. Esse é o mundo para o qual Rita formulou sua categoria “pedagogia da crueldade”: se nos ensina a coisificação da vida.

Aqui também se manifesta a colonialidade do olhar sobre o mundo animal, o racismo desse olhar. Nossos grandes companheiros latinos, como o cachorro peruano, que é o cachorro sem pelos, hoje está quase extinto em alguns lugares. Era visto como feio por não se parecer com os cachorros peludos da Europa, como os são-bernardos. Assim como esses animais tão queridos foram sendo desprezados, as cores das colônias e os corpos femininos colonizados foram sendo massacrados por sua falta de magreza, de brancura, altura e demais parâmetros considerados perfeitos no imaginário branqueado dos povos colonizados.

Minha primeira aula sobre a coisificação dos corpos foi quando ganhei minha primeira Barbie. Todas as minhas colegas tinham e eu também queria. Obviamente, só a entendia como uma boneca e nada mais. Um pouco a contragosto por parte de meus pais, recebi uma de presente deixada pelo *Ratón Pérez* (uma espécie de fada dos dentes argentina) aos cinco anos. Junto com a boneca veio uma explicação de que aquele corpo era irreal, que corpos são muitos e que nunca pensasse em um corpo ideal como aquele: branco, loiro, com uma cintura impossível naturalmente e com aqueles seios e bunda desproporcionais

em um corpo saudável. Na época não entendi plenamente o que hoje é óbvio para mim: a boneca representava essa objetificação de ideal de corpo perfeito. Era a própria pedagogia da coisificação.

Ao trazer para minha pesquisa, como já exposto anteriormente, humanidade se coloca análoga frente às demais espécies, cabendo um paralelo em como um homem se posiciona frente às mulheres. Outrificação, racialização e coisificação são a outra cara da entronização da humanidade fora do reino da vida. Aquele não humano é coisificável na mesma medida em que a mulher pode ser coisificada. Curiosamente, abordei isso como consequência do fenômeno histórico e filosófico conhecido como “humanismo”. É possível que o “humanismo” venha a ser precisamente o contrário do que pretende ser. Mais ainda, a partir da perspectiva decolonial, podemos dizer que esse outro corpo-espécie deve ser colonizado, no recorte de um mundo patriarcal colonial moderno. A maneira mesma como se tratam essas raças dentro das outras espécies, serviram de inspiração para o mundo colonial, que é racializado. Colonial-modernidade é sinônimo de racialização, como nos ensina a fórmula Segato-Quijano, pela qual, a raça é uma atribuição de uma natureza outra sobre o corpo dos vencidos, para poder colonizá-los e extrair deles um valor – em trabalho – não reconhecido, não remunerado, isto é, uma mais-valia colonial-racial. Poderíamos pensar que o primeiro perdedor seriam as outras espécies. Para minha pesquisa, uso esse recorte como base teórica para pensar na possibilidade de uma “humanidade” que transcende a espécie ou, como tem se definido na jurisprudência recente, uma personalidade, não colonizada – no sentido de não coisificada nem outrificada – e que seja feminista.

Dessa maneira, percebe-se como esse grande aprendizado de um feminismo decolonial foi fundamental para que eu pudesse chegar a desenhar meu campo e precisar minha pergunta investigativa. A perspectiva feminista decolonial, a compreensão da coisificação que sofremos quanto à intersecção de raça e gênero, não pode se desvincular do meu marco teórico. A realidade concreta de quem sou, de minha posição no mundo, permite-me perceber as bases da hegemonia do “humano” por sobre a própria vida.

É com esse aprendizado que também repenso minha posição como mulher e como herdeira de uma linhagem. Em um mundo não patriarcal, nem eu nem outras encontraríamos as dificuldades de existir como filhas e como mulheres acadêmicas, tendo que constantemente nos justificar frente ao costume estabelecido que com toda frequência se constata na história das disciplinas: que o legado só pode ser passado se existe um representante masculino que o valide.

Um mundo pensado desde a vincularidade

Se há algo que se repete, desde a moldura deste capítulo até os ensinamentos de Segato, é que sem vincularidade não há espaço para uma possível transformação de um mundo desigual e esmagador. Para podermos repensar nossa relação com os outros, sejam eles *Homo sapiens sapiens* ou não, é indispensável propor vincular com o outro, uma vez que é na vincularidade que se destrói a coisificação essencial ao racismo, especismo e patriarcado.

Tão acostumados a nos definir a partir das diferenças, pensando quem somos em função do que temos de diferente aos demais, perdemos o marco indispensável que é o vínculo. Trazer o que temos em comum – e como somos um comum – para uma releitura da espécie humana e do que é humanidade somente é possível se pensamos vincularmente.

O ser humano é um ser bio-psico-social. Mas isso não é uma característica especial nossa. Usamos essa tríplice base, provinda de biológico-psicológico-social, como se fosse algo exclusivo ao humano, já que as ciências que formularam essas definições se pensavam como fora de seu recorte natural, em contraposição às demais espécies dentro da natureza – esquecendo que não existe uma natureza externa, fora da espécie humana, uma vez que somos natureza. Esse pensar em separado, em detrimento do vincular, é a base da colonialidade e, aqui, a colonialidade que estrutura nossa subjetividade e cognição.

Um pensamento colonizado não pode teorizar sem excluir. Para poder colonizar, é necessário uma outrificação e, subsequentemente, uma coisificação. Essas duas categorias de Segato são as que tenho usado para pensar minha atual pesquisa de mestrado no Departamento de Bioética na Universidade de Brasília. Na Argentina, obtiveram reconhecimento jurídico “pessoas não humanas”, pessoas que não são *Homo sapiens sapiens*. Essas pessoas só puderam ser colocadas em cativeiro em um zoológico porque, a partir de uma diferenciação de séculos, seus direitos foram extirpados, usurpados, por não serem vinculadas a nós. Por terem sido outrificadas. Da mesma maneira, as sociedades ocidentais que colonizaram o Sul, o fizeram outrificando e destruindo os nossos laços de vincularidade, para dentro de nossas comunidades, e em prol de sua chamada raça e civilização hegemônica. A essa mesma forma, o patriarcado opera no corpo das mulheres e cria o espaço privado, que a põe em cativeiro e outrifica as feminilidades. Um trabalho de conceptualização ainda pendente é discutir, com referência à bibliografia pertinente – autores como Saussure e Lévi-Strauss – a diferença entre “diferença” e “outrificação”.

Considerações finais

Este capítulo explora quatro eixos: o legado feminino; a colonialidade como processo não só entre os *Homo sapiens sapiens*, mas também em relação a outras espécies; a vincularidade como resposta à pedagogia da crueldade; e uma proposta de desinstitucionalização e de extradisciplinaridade do espaço acadêmico, como investida de decolonização desse espaço.

Pertencer a uma linhagem feminina não é tarefa fácil. Se ser sucessora de um homem já tem uma exigência dobrada, de outra mulher é indescritível pelo pouco comum que é – mais ainda desde a América do Sul. Ouso mesmo dizer que se trata de um campo de pesquisa que pretendo elaborar em profundidade posteriormente, à luz de casos históricos como os que mencionei.

Em minha investigação, deparei-me não apenas com o silenciamento de legados femininos de mães para filhas, mas também de esposas, de mulheres cientistas, de legados femininos não biológicos. É Mary Shelley e o inicial roubo de sua grande obra, *Frankenstein* (1998), sendo que ela era filha da grande feminista Mary Wollstonecraft, e que dá origem a seu próprio nome. Além disso, sua obra é de uma sensibilidade extrema e de representações metafóricas que já deram origens a vários livros, mas nunca vi nenhum que pontuasse o caráter de legado ou herança complexa da rebelião feminista de mãe escritora a filha escritora, que agora percebo. É Heidy Lamar, que descobriu as ondas que nos permitem usar o GPS e os celulares e que foi roubada – sendo isso possível por sua posição de mulher. É Dina Dreyfus, que foi esposa de Lévi-Strauss, grande etnóloga e antropóloga, muitas vezes esquecida apesar de ter sido fundamental para que Lévi-Strauss pudesse realizar sua obra. É Sarah Breedlove, que apesar de ser hoje personagem de série na Netflix, por anos foi esquecida como a primeira mulher milionária americana, negra e cuja neta, que leva seu legado, não é biológica – importante para se lembrar que um legado feminino também pode ser a partir de um viés não consanguíneo – diferentemente do que o senso comum racial, introduzido pelo colonizador, sugere.

Também, ao começar a pensar sobre o que aportar para este memorial, percebi algo sobre mim mesma. Meu sentimento de impostora, comum a muitas mulheres, vem de que nunca me foi trazido um relato como desta minha situação: uma filha homenageando uma mãe da mesma área e que não fosse no campo artístico. É claro que existem, mas é tão invisibilizado que em 12 anos de academia nunca tinha me deparado com um único caso. Nem mesmo Mary Catherine Bateson me havia sido recomendada por professores.

Se tem algo que espero que este pequeno capítulo leve ao leitor é servir de mais um testemunho. Que as demais mulheres que virão, sucessoras de um

legado feminino, não se sintam só. Que como elas, outras vieram antes – assim como antes de mim. E que, quantos testemunhos mais como este vão sendo deixados, menos incomum se torne – até que um dia este relato se torne obsoleto porque legados femininos já entraram no imaginário comum.

Por último, e de mãos dadas a tantas outras mulheres impressionantes e também sucessoras de Rita Segato (algumas das quais também neste memorial), o maior aprendizado que ela me passou é eu ser eu mesma. Ser uma mulher que, por interesses em comum, seguiu um legado feminino. É ter tido o apoio e a liberdade para poder ser e obedecer às minhas próprias inquietações.

Referências

BATESON, Mary Catherine. *With a daughter's eye. A memoir of Margaret Mead and Gregory Bateson*. New York: William Morrow and Company, Inc., 1984.

HARAWAY, Donna J. *The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago, IL: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARAWAY, Donna J. *Primate visions: gender, race, and nature in the world of modern science*. New York; London: Routledge, 1990

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antopología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, AR: Universidad de Quilmes, 2003.

RHODES, Richard. *Hedy's folly: the life and breakthrough inventions of Hedy Lamarr, the most beautiful woman in the world*. New York: Doubleday, Random House, 2011.

SHELLEY, Mary. *Wollstonecraft, 1797-1851. Frankenstein, or, the modern Prometheus: the 1818 text*. Oxford, UK; New York :Oxford University Press, 1998.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dívida* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

